



São Paulo, 21 de maio de 2021.

Ofício NUDECON nº 49/2021 (Ref. ao Procedimento Administrativo NUDECON nº 06/2021)

Ilustríssimo Sr. Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social Leonardo José Rolim Guimarães,

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, por intermédio do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor, criado pela Lei Complementar Estadual nº 988, de 9 de janeiro de 2006, órgão constitucionalmente incumbido da defesa dos interesses da população hipossuficiente conforme artigo 134 da Constituição da República Federativa do Brasil, e da tutela coletiva dos interesses dos consumidores necessitados, nos termos do artigo 5º, VI, “d” da Lei Complementar Estadual nº 988, de 9 de janeiro de 2006, informa que instaurou o Procedimento Administrativo NUDECON nº 06/2021, que tem como objeto apurar suposta prática abusiva consistente no lançamento de contratos com vinculação de benefícios previdenciários sem solicitação dos consumidores, que estaria sendo realizada pelo Banco Ficsa S.A., hoje adquirido pelo Banco C6 Consignado S.A.

Assim sendo, a fim de instruir os autos do Procedimento Administrativo, solicito a Vossa Senhoria que informe a existência de eventuais reclamações ou procedimentos administrativos a respeito.



Por fim, aguardamos resposta, devendo esta ser enviada diretamente ao e-mail deste Núcleo (nudecon@defensoria.sp.def.br).

Aproveito o ensejo para apresentar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Estela Waksberg Guerrini

Defensora Pública do Estado de São Paulo

Coordenadora Auxiliar do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor

Instituto Nacional do Seguro Social – INSS

Setor de Autarquias Sul, Quadra 02 – Bloco O – 10º andar

Brasília / DF

CEP: 70070-946